

TERMO DE REFERÊNCIA ERSDF Nº 08/2017

Processo Administrativo nº 15414.607072/2017-44

1. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestar serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ar-condicionado do tipo split, com fornecimento de peças, componentes, acessórios (originais ou recomendados pelo fabricante), instalados nas dependências do Escritório de Representação da SUSEP no Distrito Federal - ERSDF, localizado no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco K, 13º andar, Brasília-DF, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Valor mensal estimado (R\$)	Valor anual estimado (R\$)
1	Serviços de manutenção preventiva programada mensal e corretiva nos equipamentos de ar-condicionado instalados na Susep em Brasília/DF – Código SIASG 349-2	845,00	10.140,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se em virtude da necessidade de manutenção dos equipamentos em funcionamento no imóvel de propriedade da SUSEP, por ser essencial à conservação do patrimônio público, além da segurança dos servidores, funcionários terceirizados e pessoas que se dirigem ao Escritório.

2.2. Além do desgaste natural dos equipamentos, a falta de prestação destes serviços pode acarretar graves danos aos equipamentos, podendo, inclusive, colocar a vida das pessoas em risco. Soma-se a isso o fato de que a falta de condições de trabalho pode acarretar prejuízos para atribuições meio e fim da Autarquia.

2.3. A manutenção preventiva se faz necessária para que os equipamentos sejam mantidos sempre em boas condições de utilização, conforme Portaria do Ministério da Saúde nº 3.523 de 28 de agosto de 1998, e da Resolução nº 9 da ANVISA de 16/01/2003, as quais estabelecem parâmetros para verificação visual do estado de limpeza, remoção das sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, de forma a garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

2.4. Além disso, a contratação justifica-se pelo fato do ERSDF não dispor de mão de obra especializada, em seu quadro funcional, para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, além de retificação ou substituição de peças e/ou componentes que porventura vierem a apresentar defeitos durante o funcionamento do sistema de climatização.

2.5. Com a presente contratação, espera-se alcançar uma boa qualidade de ar de interiores em ambientes climatizados, tornando o ambiente propício ao trabalho.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O serviço em questão enquadra-se na categoria de serviço comum de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. O serviço a ser contratado é de caráter contínuo, conforme previsto na IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços prestados. Vale ressaltar que a duração inicial do contrato será de 12 meses, porém, a necessidade do serviço é por mais de um exercício financeiro e continuamente.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Da Execução dos Serviços

4.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por profissionais habilitados (técnicos/mecânicos de refrigeração), de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo normas técnicas, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e garantindo a adequada refrigeração dos ambientes.

4.1.2. A empresa deverá possuir em seu quadro de pessoal Engenheiro Mecânico, devidamente registrado nos órgãos competentes, que atuará como responsável técnico junto à SUSEP.

4.1.3. Todos os serviços de manutenção deverão, sempre que possível, ser executados em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário entre 08:00hs e 17:00hs.

4.1.4. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva que, por sua natureza técnica, acarretem paralisação dos sistemas prediais, ou que por qualquer motivo não possam ser realizados durante o horário de expediente, deverão ser executados em dias/horários não coincidentes com o expediente da CONTRATANTE, com as despesas decorrentes por conta da CONTRATADA.

4.2. Da Manutenção Preventiva

4.2.1. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, tais como limpeza de filtros, verificação da atuação e ajuste de ruídos, vibrações anormais, com as devidas correções necessárias ao perfeito funcionamento do equipamento, limpeza em geral, verificação do funcionamento dos controles, troca de pilhas, verificação do consumo, etc., conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

4.2.2. A CONTRATADA elaborará um Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), no primeiro mês de contrato, que deverá estabelecer um plano de rotinas de manutenção prevendo as rotinas para uma boa execução dos serviços contratados.

4.2.3. A manutenção preventiva será realizada na primeira quinzena de cada mês. As visitas mensais deverão ser previamente agendadas com a fiscalização e os procedimentos realizados deverão seguir com fidelidade o PMOC. Após a manutenção preventiva realizada, deverão ser gerados relatórios (por equipamento e de acordo com o PMOC) que indiquem os procedimentos realizados, as irregularidades verificadas e as providências que serão adotadas.

4.2.4. Em todas as manutenções preventivas deverão ser avaliados de acordo com as normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especificações do fabricante e PMOC, bem como de acordo com a Portaria nº 3.523 de 28 de agosto de 1998 do Ministério da Saúde.

4.2.5. Correrá por conta da Contratada a mão de obra e todas as peças necessárias para manter o

bom funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado nos serviços de manutenções preventivas.

4.2.6. A primeira manutenção preventiva terá início no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da publicação do contrato que resultar da licitação objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.2.7. Deverá ser incluída na primeira manutenção preventiva do exercício a visita a cada sala para verificar com os usuários se há dúvidas no manuseio do controle e do aparelho. As dúvidas deverão ser sanadas de modo a preservar o bem, como também, contribuir para um ambiente sustentável. Para definir a temperatura usar como orientação ABNT NBR 16401-2:2008 que determina que a temperatura ideal do ambiente seja entre 23°C a 25°C.

4.2.8. A manutenção preventiva mensal deverá prever, no mínimo, as seguintes rotinas:

- a) Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão no gabinete, na moldura e na serpentina.
- b) Verificar a operação de drenagem de água da bandeja.
- c) Verificar a vedação dos painéis de fechamento de gabinetes.
- d) Lavar a bandeja e serpentina com remoção do biofilme (lodo), sem o uso desengraxantes e corrosivos.
- e) Limpar o gabinete do condicionador.
- f) Limpar o elemento filtrante, utilizando os meios e substâncias adequados.
- g) Trocar os filtros de ar quando necessário.
- h) Verificar as condições físicas dos filtros, mantendo-os em condições de operação.
- i) Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico (se está preservado e se não contém bolor).
- j) Verificar ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários.
- k) Inspeccionar o nível de aquecimento do motor.
- l) Verificar tubulação, termostato, tomada, chave seletora e outros componentes elétricos.
- m) Realizar testes de vazamentos nas conexões e tubulações de gás refrigerante.
- n) Verificar o funcionamento, leitura e registro das temperaturas, anotando:
 - n₁. Temperatura do tubo de sucção.
 - n₂. Temperatura externa.
 - n₃. Temperatura de insuflamento.
 - n₄. Temperatura ambiente.
- o) Verificar o funcionamento, leitura e registro do compressor e motor, anotando:
 - o₁. Tensão de alimentação.
 - o₂. Amperagem.
- p) Verificar o funcionamento dos controles e repor novas pilhas, se necessário.
- q) Verificar a fixação dos drenos na faixa externa do prédio, corrigindo a fixação caso necessário.

4.2.9. A prestação de serviço de manutenção preventiva deverá ser efetuada em todos os equipamentos contemplados neste TERMO DE REFERÊNCIA e, ainda nos aparelhos que eventualmente sejam substituídos a cargo da Contratante.

4.2.10. A Manutenção Preventiva deverá ser executada, obrigatoriamente, mensalmente, de acordo com um planejamento prévio, em caráter espontâneo e não em decorrência de atendimento a

chamadas ou reclamações.

4.3. Da manutenção corretiva

4.3.1. Tem por objeto os procedimentos necessários a recolocar os equipamentos defeituosos em perfeito estado de funcionamento, compreendendo as substituições de peças defeituosas, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação ou funcionamento parcial do equipamento ou quando for detectada por parte da Contratada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou a correção de defeitos que venham prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.

4.3.2. A manutenção corretiva também contemplará os serviços e respectivos materiais de reposição do gesso e de pintura, quando for necessário atuar nas tubulações/dutos de refrigeração embutidos nas paredes ou no teto.

4.3.3. A Contratada se obriga ao atendimento às solicitações de manutenção corretiva no prazo de 24 (vinte quatro) horas. A formalização dos chamados se dará via *e-mail*.

4.3.4. Os serviços serão executados no local onde o(s) equipamento(s) estiver instalado exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de desloca-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, ou quando a natureza do serviço exigir local específico como nos casos de higienização, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE.

4.3.5. Em cada processo de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato, a Ordem de Serviço adequadamente preenchida, especificando a causa e tipo de problema apresentado e indicando a necessidade, ou não, da substituição de peças, componentes ou acessórios.

4.3.6. O prazo para recolocação em funcionamento dos equipamentos, no caso da manutenção corretiva, será de 48 (quarenta e oito) horas, após a aprovação da ordem de serviço pela fiscalização da Susep, podendo ser acordado, entre as partes, prazo maior, em casos excepcionais.

4.4. Da Reposição das Peças e Materiais

4.4.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todas as peças, materiais e equipamentos, como: sensor de ambiente, sensor de degelo, placa eletrônica, capacitores, motor do ventilador, filtro de ar, contactor, hélice, painéis de controle, compressores, serpentina, fusíveis, parafusos, correias, ímãs, terminais elétricos, graxas, solventes, produtos químicos de limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção antiferruginosa, tinta, lixa, neutro, underseal, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, massa de vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para acondicionamento de detritos, materiais para solda, zarcão, vaselina, gases refrigerantes, trapo, óleos lubrificantes, oxigênio, nitrogênio, acetileno, materiais e produtos de limpeza em geral e de sistemas frigoríficos e desincrustantes e pilhas para os controles, medidores de corrente elétrica, medidores de temperatura, medidores de carga do gás, entre outros.

4.4.2. No caso de substituição, as peças deverão ser novas e genuínas, não se admitindo peças usadas ou reconhecidas, devendo o fiscal do contrato atestar a troca para a devida prestação de contas, as peças quando substituídas deverão ser entregues à SUSEP/DF, após o conserto dos equipamentos.

4.4.3. Os instrumentos, equipamentos e ferramentas necessários à execução do contrato deverão ser de posse da CONTRATADA, que deverá, de imediato e às suas expensas, disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

4.5. Para a prestação dos serviços, deverão ser atendidos, no mínimo, os critérios e práticas de sustentabilidade descritos abaixo:

4.5.1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.5.2. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

4.5.2.1. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

4.5.2.2. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

4.5.2.3. A SDO recolhida deve ser reciclada *in loco*, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

4.5.2.4. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

4.5.3. As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.5.4. Todos os materiais a serem utilizados na execução dos serviços devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

4.5.5. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.5.6. A contratada deverá usar produtos e objetos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.5.7. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003 e legislações posteriores;

4.5.8. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.5.9. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5 INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

5.1. Os serviços de manutenção deverão ser feitos em 16 aparelhos de ar condicionado, tipo Split, conforme características abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	BTU/h
1	Ar Condicionado Carrier Split Hi Wall, modelo XPower, com Unidade Condensadora, adquiridos e instalados em 2013	04	18.000
2	Ar Condicionado Carrier Split Hi Wall, modelo XPower, Capacidade de 12.000 BTUS/h com Unidade Condensadora, adquirido e instalado em 2013	01	12.000
3	Ar Condicionado Carrier Split Hi Wall, modelo XPower, Capacidade de 9.000 BTUS/h com Unidade Condensadora, adquiridos e instalados em 2013	02	9.000
4	Ar Condicionado Hitachi Air Split, modelo Piso Teto, com Unidade Condensadora, adquirido e instalado em 2013	01	36.000
5	Ar Condicionado Fujitsu Split Hi Wall, inverter, com Unidade Condensadora, adquirido e instalado em 2014	01	9.000
6	Ar Condicionado Fujitsu Split Hi Wall, inverter, com Unidade Condensadora, adquiridos e instalados em 2014	06	18.000
7	Ar Condicionado Fujitsu Split Hi Wall, inverter, com Unidade Condensadora, adquirido e instalado em 2014	01	30.000

6 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no Acordo de Níveis de Serviços (ANS), conforme **Anexo II** deste Termo de Referência.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de assinatura do contrato, na forma do disposto no item 4 deste instrumento.

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao final de cada período mensal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.4.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores

previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório.

7.5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

7.5.1. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Acordo de Nível de Serviços (ANS).

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. VISTORIA

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3105-4400.

8.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

8.4. A vistoria deverá ser atestada por meio de declaração, conforme Anexo I, deste Termo de Referência.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 10.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.16. Providenciar junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes ao objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA e especialidades pertinentes, quando cabível, nos termos da Lei nº 6496/1977.
- 10.17. Cumprir integralmente todas as normas, métodos e especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 10.18. Cumprir todas as normas das Concessionárias dos serviços públicos;
- 10.19. Cumprir todas as normas regulamentadoras da Legislação sobre Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;

- 10.20. Estruturar, por meio de seu responsável técnico o Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, conforme exigido pela Portaria nº 3.258/98, do Ministério da Saúde, e executá-lo como programa de manutenção preventiva dos equipamentos, com estrita observância a periodicidade dos serviços.
- 10.21. Elaborar e apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da assinatura do contrato, o PMOC de acordo com a Portaria nº 3.523/98, do Ministério da Saúde.
- 10.22. Apresentar relatório mensal de cada equipamento assistido nas manutenções preventivas e corretivas e/ou corretivas, de acordo com o PMOC.
- 10.23. Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados nas dependências da Contratante, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, ou em conexão com estes, devendo adotar todas as providências que exigir a legislação em vigor.
- 10.24. Executar os serviços de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Contratante.
- 10.25. Indicar, na assinatura do contrato, 01 (um) preposto para representá-la perante a Contratante.
- 10.26. Manter em Brasília – DF, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início do contrato.
- 10.27. Manter todos os equipamentos, materiais e produtos necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e, em se tratando de equipamentos elétricos, estes devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica da Contratante.
- 10.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todas as peças, materiais e produtos, bem como equipamentos e ferramentas em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 10.29. Cumprir todas as determinações e orientações dos regimentos internos do Condomínio Edifício Seguradoras, entre elas a restrição de horários para execução dos serviços e outras que deverão ser tempestivamente cientificadas à contratada pela contratante;
- 10.30. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução dos serviços, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;
- 10.31. Observar que a execução dos serviços deverá ser realizada, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, bem como nos horários permitidos pela administração do Condomínio Edifício Seguradoras. No caso de haver necessidade de se trabalhar nos fins de semana ou após o horário de funcionamento normal da Autarquia, a CONTRATADA poderá entrar em entendimentos com a Fiscalização do Contrato que, atendendo às exigências do Condomínio, poderá autorizar a realização dos serviços por escrito;
- 10.32. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade quanto aos defeitos dos materiais fornecidos por ela e a execução dos serviços, tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, comprometendo-se a repô-los ou refazê-los, se a SUSEP julgar conveniente;
- 10.33. Todo o entulho e todo o material não utilizado serão de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, devendo ser retirado do prédio no final de cada dia de serviço, na entrega definitiva dos serviços e sempre que solicitado pela SUSEP. O local deverá estar totalmente limpo, em perfeita ordem e em condições de uso ao final de cada dia e no momento da entrega do serviço;
- 10.34. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;

10.35. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

10.35.1. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

10.35.2. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

10.35.3. A SDO recolhida deve ser reciclada *in loco*, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

10.35.3.1. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

10.36. As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2. A fiscalização dos serviços será exercida pela SUSEP, através de servidor do Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal - ERSDF, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a perfeita execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoa habilitada.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da IN SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

13.5. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Acordo de Nível de Serviços (ANS), conforme modelo previsto no Anexo II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

13.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

13.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.10. A utilização do ANS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.1. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.2. fraudar na execução do contrato;

14.1.3. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.4. cometer fraude fiscal;

14.1.5. não manter a proposta.

14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias úteis;

14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a empresa licitante deverá apresentar:

15.1.1. No mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, nos moldes do art. 30, II, da Lei nº 8.666/1993, e cujas atividades sejam pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do presente Termo de Referência, expedidos por entidades pública ou privada, expedido ou visado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou demais Conselhos competentes, que comprovem a prestação dos serviços descritos.

15.1.1.1. O Atestado de Capacidade Técnica deverá ser apresentado em documento original da empresa, em papel timbrado, podendo ser em cópia autenticada ou cópia simples, desde que autenticado por servidor da Susep, desde que conferido com o original.

15.1.2. Registro ou inscrição da empresa e dos Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou demais Conselhos competentes, conforme determinação legal.

15.1.1.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA, deverão ser providenciados os respectivos registros/vistos destes órgãos regionais por ocasião da assinatura do contrato, que ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a homologação do pregão, conforme capítulo 13 do Edital.



TERMO DE REFERÊNCIA ERSDF Nº 08/2017

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que no dia ____ / ____ /2017, realizou vistoria nas instalações da Susep/DF, localizada no SBS, Quadra 1, Bloco k, 13º andar, Edifício Seguradoras, em atendimento às exigências contidas no Item 8 do Termo de Referência ERSDF nº 08/2017, bem como tomou ciência das instalações onde os serviços serão executados obtendo todas as informações necessárias para elaboração da proposta relativa ao Edital de Pregão Eletrônico nº **/2017, não encontrando nenhum óbice à execução do objeto.

Brasília, ____/____/____

Assinatura do Responsável Técnico da Empresa

Assinatura e Matrícula do Servidor da SUSEP/DF



TERMO DE REFERÊNCIA ERSDF Nº 08/2017

ANEXO II

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO - ANS

INDICADOR	
01 – Adequação dos Serviços Prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento dos serviços relacionados no subitem 4.2.8 do Termo de Referência.
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Contratante.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo deste anexo.
Forma de acompanhamento	Realização mensal de checklist, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços especificados nos subitens 4.2.8 e 4.3 do Termo de Referência, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Percentual de serviços adequadamente executados dentro do mês de referência (total de serviços adequadamente executados dentro do mês de referência/total de serviços estabelecidos por período) * 100
Início de Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	90% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura; 80% a 89% dos serviços = recebimento de 95% da fatura; 70% a 79% dos serviços = recebimento de 85% da fatura; 60% a 69% dos serviços = recebimento 80% da fatura.
Sanção	Abaixo de 60% dos serviços - multa de até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato pela inexecução parcial. Abaixo de 50% dos serviços - multa de até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato pela inexecução parcial.

CHECKLIST – Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva			
Empresa:		Mês de Referência:	
SERVIÇOS A REALIZAR: Conforme Itens 4.2.8 e 4.3. do Termo de Referência.		ADEQUAÇÃO – Expectativa da Contratante	
Item	Descrição	ADEQUADO	INADEQUADO
01	Realização da manutenção preventiva, observando o PCMO.		
02	Eliminação de sujeiras, danos e corrosões no gabinete, na moldura e na serpentina.		
03	Operação de drenagem de água da bandeja.		
04	Vedação dos painéis de fechamento de gabinetes.		
05	Lavagem da bandeja e serpentina com remoção do biofilme (lodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos.		
06	Limpeza do gabinete do condicionador.		
07	Limpeza do elemento filtrante, utilizando os meios e substâncias adequados.		
08	Troca dos filtros de ar quando necessário.		
09	Verificação das condições dos Filtros, mantendo-os em condições de operação.		
10	Verificação do estado de conservação do isolamento termo-acústico (se está preservado e se não contém bolor).		
11	Verificação de ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários.		
12	Inspeção do nível de aquecimento do motor.		
13	Verificação da tubulação, termostato, tomada, chave seletora, e outros componentes elétricos.		
14	Realização de testes de vazamentos nas conexões e tubulações de gás refrigerante.		
15	Verificação do funcionamento, leitura e registro das temperaturas, anotando: <ul style="list-style-type: none"> • Temperatura do tubo de sucção; • Temperatura externa; • Temperatura de insuflamento; • Temperatura ambiente. 		
16	Verificação do funcionamento, leitura e registro do compressor e motor, anotando: <ul style="list-style-type: none"> • Tensão de alimentação; • Amperagem 		
17	Verificação do funcionamento dos controles e reposição de pilhas, se necessário.		
18	Verificação da fixação dos drenos na faixa externa do prédio, corrigindo a fixação caso necessário.		
19	Atendimento às solicitações de manutenção corretiva no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o chamado.		
20	Atendimento às normas técnicas e legais sobre segurança do trabalho.		



Ministério da Fazenda
Superintendência de Seguros Privados
Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal – ERSDF

21	Fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) a seus colaboradores.		
22	Limpeza dos locais após a realização dos serviços.		
23	Fornecimento de mão de obra capacitada na realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.		



Planilha de Controle dos Serviços Adequados Executados

Mês de Referência: _____/Ano

Serviços - CheckList	Quantidade dos Serviços adequados a serem realizados	Quantidade dos Serviços adequados efetivamente realizados	% do Serviço Realizado
(A)	(B)	(C)	(D)
Serviços	23		
<p>(A) Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva a serem executados pela contratada mensalmente e de forma adequada à expectativa da Administração.</p> <p>(B) A quantidade dos serviços adequados a serem realizados seguirá as tarefas descritas nos subitens 4.2.8 e 4.3 do Termo de Referência e deverá ser preenchida por servidor formalmente designado pela Administração para a fiscalização do contrato.</p> <p>(C) A quantidade dos serviços adequados realizados é o número de serviços efetivamente realizados, devidamente adequados à expectativa da Contratante, estabelecida nos subitens 4.2.8 e 4.3 do Termo de Referência e conforme checklist deste anexo.</p> <p>(D) A porcentagem do serviço será mensurada mediante o cálculo $(C/B) \times 100$, ou seja, a quantidade dos serviços efetivamente executados sobre a quantidade dos serviços a serem realizados, vezes 100 (cem). Este cálculo informará o percentual do serviço que foi realizado, ensejando o respectivo ajuste no pagamento.</p> <p>Obs. O levantamento dos serviços realizados dentro dos padrões e devidamente adequado à expectativa da Contratante será executado pelo Fiscal do Contrato designado pela Contratante, com possibilidade de acompanhamento por preposto designado pela empresa, sendo que, neste caso, ambos deverão assinar a planilha correspondente.</p>			

_____	_____
Assinatura e Carimbo – Fiscal do Contrato	Assinatura e Carimbo – Preposto da Contratada



Ministério da Fazenda
Superintendência de Seguros Privados
Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal – ERSDF

Indicador	
02 – Qualidade do Fornecimento de Materiais, Ferramentas, Máquinas, Equipamentos e Reposição de Peças	
Item	Descrição
Finalidade	Disponibilidade integral e manutenção de material adequado.
Meta a cumprir	100% dos materiais recebidos e adequados ao uso.
Instrumento de medição	Planilha de controle de materiais conforme modelo abaixo.
Forma de acompanhamento	Verificação por parte da fiscalização do quantitativo e características dos materiais, equipamentos e acessórios entregues pela contratada, avaliando sua conformidade ao uso e efetuando registro na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$\text{Percentual de materiais e equipamentos recebidos e adequados ao uso} = \frac{\text{total de materiais e equipamentos recebidos e em conformidade ao uso}}{\text{total de materiais e equipamentos adequados previstos no Termo de Referência}} * 100$
Início de Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	90% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura; 80% a 89% dos serviços = recebimento de 95% da fatura; 70% a 79% dos serviços = recebimento de 85% da fatura; 60% a 69% dos serviços = recebimento 80% da fatura.
Sanção	Abaixo de 60% dos serviços - multa de até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato pela inexecução parcial. Abaixo de 50% dos serviços - multa de até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato pela inexecução parcial.



Ministério da Fazenda
Superintendência de Seguros Privados
Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal – ERSDF

CHECKLIST – Materiais, Ferramentas, Máquinas, Equipamentos e Reposição de Peças Seleccionados para Avaliação			
Empresa:		Mês de Referência:	
MATERIAIS/FERRAMENTAS/MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS / REPOSIÇÃO DE PEÇAS:		QUANTIDADE ADEQUADA Expectativa da Administração	
Item	Descrição	ADEQUADO	INADEQUADO
01	Fornecimento de materiais, ferramentas, máquinas, instrumentos de medição e equipamentos.		
02	Substituição dos painéis de controle, quando for necessário		
03	Entrega das peças substituídas à Susep.		
04	Utilização de peças novas e genuínas.		
05	Apresentação de relatório mensal de cada equipamento.		
06	Manutenção dos equipamentos, materiais e produtos em condições de uso.		
07	Racionalização do uso de substância potencialmente tóxicas.		
08	Uso de produtos de limpeza que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.		

Obs. Todos os outros itens não seleccionados para avaliação pelo Acordo de Níveis de Serviços - ANS e constantes do Termo de Referência serão fiscalizados integralmente, podendo ensejar as sanções previstas no item 14 do referido Termo.



**Planilha de Controle dos Materiais, Ferramentas, Máquinas, Equipamentos e Reposição de Peças
Selecionados para Avaliação**

Mês de Referência: _____/Ano

Materiais, Equipamentos, Ferramentas, Máquinas e Reposição de Peças Selecionados para Avaliação	Quantidade de itens adequados solicitados	Quantidade de itens adequados recebidos	% Correspondente (*)
	(A)	(B)	
(*) A Porcentagem correspondente é calculada mediante quantidade de itens Adequados Recebidos, dividida pela Quantidade de Itens Adequados Solicitada, vezes 100 (cem).			
Memória de Cálculo: $(B/A) \times 100$			

_____	_____
Assinatura e Carimbo – Fiscal do Contrato	Assinatura e Carimbo – Preposto Contratada